

Narrativas nos castanhais: da submissão ao patrão à construção de um sistema autônomo de produção agrícola - o caso da comunidade de Jatuarana (Manicoré, AM)

Lindomar de Jesus de Sousa Silva^{*}
Gilmar Antonio Meneghetti^{**}
José Olenilson Costa Pinheiro^{***}
Katia Emídio da Silva^{****}

Introdução

Os castanhais são áreas exploradas, desde o início da colonização da Amazônia, visando à coleta para consumo e comercialização das amêndoas, independentemente do ciclo econômico predominante da época. Mesmo no auge da extração da borracha, a coleta de castanha fazia parte da vida das famílias ribeirinhas amazônicas.

A castanha-do-pará foi um dos produtos com grande demanda mundial no período colonial, motivando a organização de expedições de coleta no interior da Amazônia, porém, somente em 1911, a amêndoa assumiu a condição de principal produto amazônico exportado, por causa da crise e decadência da borracha

^{*} Sociólogo, Doutor, pesquisador da Embrapa Amazônia Ocidental, Manaus (AM). E-mail: lindomar.j.silva@embrapa.br.

^{**} Mestre, pesquisador da Embrapa Amazônia Ocidental, Manaus (AM). E-mail: gilmar.meneghetti@embrapa.br.

^{***} Economista, Mestre, pesquisador da Embrapa Amazônia Ocidental, Manaus (AM). E-mail: jjose.pinhoiro@embrapa.br.

^{****} Engenheira Florestal, Doutora, pesquisadora da Embrapa Amazônia Ocidental, Manaus (AM). E-mail: katia.emidio@embrapa.br.

natural (Santos, 1980). O alto valor comercial alcançado pela castanha-do-pará no mercado transformou os castanhais em áreas de disputas entre comunidades indígenas, migrantes, posseiros e “donos” de castanhais. Os registros dos conflitos podem ser encontrados em arquivos públicos, jornais da época, instituições policiais e judiciais.

As histórias dos castanhais relativas à área de dominação dos *donos* de castanhais e às residências de comunidades indígenas e migrantes estão sendo gradativamente recuperadas em estudos e pesquisas acadêmicas, como também na dinâmica organizativa das comunidades que utilizam a histórica como instrumento de premeditação diária e futura. Os estudos que abordam a dinâmica socioeconômica e a dominação política e cultural são cada vez mais frequentes nas análises nas universidades.

Estudos como o de Chaves (2011) abordam o processo da constituição sócio-histórica de áreas de produção de borracha e castanha; Oliveira (1979) estuda o aviamento como base da exploração dos produtos do extrativismo na Amazônia. Teixeira (2009) analisa a forma como o aviamento fortaleceu a servidão humana nos barracões, seringais e castanhais e Silva (2010), a rede de aviamento e como ela tem reflexos profundos na organização do espaço amazônico. Cherobim (1983), por sua vez, volta-se para como o sistema de aviamento influencia nas relações econômicas e de trabalho na Amazônia; Simonian (2001), por fim, com base na história oral, analisa o trabalho da mulher nos castanhais do sul do Amapá. Esses autores e outros produziram e continuam produzindo estudos muito ricos sobre o período de ouro dos seringais e castanhais.

O estudo do presente texto, baseado na história oral, reflete sobre o sistema de produção da castanha, com o objetivo de resgatar a história do processo de desenvolvimento da comunidade analisada. Mostra que a maior parte das tecnologias e da inovação implementadas ao longo do tempo foram geradas pelos agricultores extrativistas para resolver problemas cotidianos. O objetivo deste artigo é, a partir do relato dos extrativistas, que há décadas habitam a comunidade do lago do Jatuarana, no município de Manicoré, na calha do Rio Madeira, apresentar um levantamento que nos leve a refletir sobre a experiência vivida pelos agricultores extrativistas no desenvolvimento de seus sistemas de produção agrícolas e extrativistas. A análise parte do campo da oralidade, a fim de que possamos identificar avanços e recuos nos movimentos organizativos e reorganizativos dos meios de vida dos extrativistas, como oportunidades e desafios das comunidades tradicionais no Amazonas.

Elementos teóricos para o estudo

A grande disponibilidade de recursos naturais na Amazônia e o potencial de comércio em nível mundial dos mesmos aceleraram a implantação de um sistema de exploração das comunidades indígenas, negras e migrantes no interior da floresta em meados do século XIX e início do século XX, cujos resquícios permanecem e marcam ainda muitas das suas comunidades, principalmente as mais isoladas. São marcas sociais, econômicas, políticas e culturais que necessitam ser expostas, analisadas, entendidas, e, a partir delas, é preciso estabelecer outros elementos, evidências e dinâmicas endógenas que contribuam para o processo de desenvolvimento das comunidades amazônicas. É nessa perspectiva que o estudo analisa as marcas da estrutura socioeconômica e política nos castanhais, recorrendo à oralidade como meio de apreender a opinião do extrativista, que foi, ao longo do tempo, um ator invisível e subjugado.

Para Iglesias (1984, p. 59) a humanidade recorre aos relatos orais sob a perspectiva de expressar “o legado de seus antepassados ou simplesmente proteger do esquecimento os eventos mais recentes”. Como diz a autora, o relato oral tem “raízes na própria natureza do homem”. No âmbito das pesquisas sociais, a história oral é uma tendência cada vez mais utilizada para a compreensão dos diferentes grupos. Para Alberti (2008, p. 164), a oralidade é “hoje um caminho interessante para se reconhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido de vida e escolhas de diferentes grupos sociais em todas as camadas sociais.”

Guimarães Neto (2014, p. 137) entende que a historiografia vem “valorizando os testemunhos dos atores sociais, escritos ou orais, diretamente envolvidos nos conflitos sociais e em acontecimentos traumáticos”. Assim, para o autor, a história oral garante aos historicamente subjugados, e muitas vezes desconhecidos, o “direito à memória” e principalmente “a transmissão dos acontecimentos constitutivos de suas vidas que, de outro modo, estariam fadados a habitar uma zona do esquecimento” (2014, p. 137). A história oral seria assim o que Guarinello (1998, p. 63) classifica como “uma zona de fronteira, não tanto entre disciplinas, mas entre a própria academia e o mundo real, entre a memória legítima, cientificamente produzida”, como também entre as “memórias individuais, no que tem de pessoal e de coletivo. Se há, como muitos defendem, um confronto entre essas memórias, a história oral se localiza em pleno front” (Guarinello, 1988, p. 63).

Para Massoni (2017, p. 40), o método de pesquisa que valoriza a oralidade dá condição para um relato calcado em princípios democráticos e para o reconhecimento da diversidade social e da existência de uma grande variedade de sujeitos.

[...] uma história mais democrática, um conhecimento que inclua os dife-

rentes sujeitos que convivem na sociedade. Trata-se de um artifício fundamental no contexto em que vivemos, de fortalecimento da democracia, da cidadania e dos Direitos Humanos. Se no cotidiano nos deparamos com uma pluralidade de pessoas, culturas e saberes, essa variedade precisa ser retratada pela academia, cumprindo o papel social da ciência.

Thompson (1992, p. 19) compreende que a história oral possibilita “novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores”, além de que “propicia fazer da história uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades, já que permite a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um momento histórico, mediante suas referências e também seu imaginário”. Dessa forma, é possível fazer “o registro de reminiscência das memórias individuais, enfim a reinterpretação do passado”. Para Paul Thompson, a história oral tem o poder único de fazer emergir as experiências dos que vivem:

[...] às margens do poder, e cujas vozes estão ocultas porque suas vidas são muito menos prováveis de serem documentadas nos arquivos. Essas vozes ocultas são acima de tudo de mulheres – e é por isso que a história oral tem sido tão fundamental para a criação da história das mulheres; mas existem muitas outras, tais como os trabalhadores que não estão organizados em sindicatos os muito pobres, os deficientes, os sem-teto ou grupos marginalizados. No Brasil isso inclui particularmente os povos indígenas, as comunidades rurais de ex-escravos que viviam nos quilombos e, acima de tudo, as famílias das favelas das grandes cidades. (Thompson, 2002, p. 16-17).

Com a história oral é possível interpretar as estruturas, observar e compreender as narrativas não hegemônicas e as diversas versões sobre determinados fatos. Nesse sentido, é preciso considerar que “hoje em dia somos todos um pouco menos ingênuos, me parece, e reconhecemos que a história oral está longe de ser uma história espontânea, não é a experiência vivida em estado puro” (Hall, 1992, p. 157-160) o que requer que os “relatos produzidos pela história oral devem estar sujeitos ao mesmo trabalho crítico das outras fontes que os historiadores costumam consultar” (Hall, 1992, p. 157-160).

É preciso considerar, como lembra Bosi (1994, p. 55), que “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repassar, com ideias e imagens de hoje, as experiências do passado”. Dessa forma, o pesquisador lida com a complexidade da memória, de forma escrita e oral, e necessita reunir e acessar arquivos e documentos relacionados com o objeto estudado. Para Jorge Eduardo Aceves Lozano, a história oral é um método histórico destinado:

[...] à constituição de novas fontes para a pesquisa histórica, com base nos depoimentos orais colhidos sistematicamente em pesquisas específicas, sob métodos, problemas e pressupostos teóricos explícitos. Fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos outros. (Lozano, 2006, p. 17).

Nesse sentido, entendemos que ao estudar o processo de evolução do sistema de produção nos castanhais a partir da história oral, estamos colaborando para uma “certa mudança de enfoque, que implica a abertura de novas áreas de investigações” (Thompson, 1992, p.27). Através da história oral sobre a vida dos anônimos, é possível estabelecer ações e processos endógenos de produção e desenvolvimento da comunidade, alicerçados no aprendizado histórico de luta e de resistência à dominação social, econômica, política e cultural.

Metodologia de trabalho

Para a melhor compreensão e alcance dos objetivos da pesquisa desse campo, selecionamos um grupo de quinze extrativistas da comunidade do Jatuarana, município de Manicoré (AM). A análise parte dos depoimentos dos extrativistas e das lideranças da comunidade; da produção bibliográfica e de dados secundários relacionados à comunidade e às atividades produtivas desenvolvidas nos castanhais. Tais relatos são fundamentais para o conhecimento e a reconstrução das dinâmicas socioeconômicas e percepção dos conflitos, negociações e soluções que forjaram o atual estágio de desenvolvimento da comunidade.

Os castanhais e a formação da Comunidade do Jatuarana

A origem da comunidade do Jatuarana data do século XIX, aproximadamente no ano de 1820, 57 anos antes da fundação do município de Manicoré, quando a região passou a ser ocupada por estabelecimentos comerciais extrativistas (Iteam, 2006). Os relatos dos moradores, que há anos desenvolvem atividades extrativas e agrícolas com objetivo comercial e para autoconsumo, mostram que a comunidade formou-se a partir de duas vertentes: a vinda de migrantes nortezinos, principalmente cearenses, e comunidades autóctones que deslocaram-se de uma região para outra em busca de trabalho e áreas produtivas.

O sr. S. P. da Costa lembra que “[...] minha mãe contava como foi a vinda do Ceará para a comunidade. Ela dizia que era bem nova e eram muitos dias viajando. Dizia que eram muitos os que vieram e que chegaram para trabalhar na ‘seringa’ e depois no extrativismo da castanha” (Sebastião Pereira da Costa, 2017). O Sr. C. P. Costa comenta que sua mãe veio de outra região, “[...] eu não lembro o nome. Sei que ela não nasceu aqui, ela veio para cá trabalhar depois da morte do meu pai e aqui ficou, depois arranjou um novo relacionamento.” (Coraci Pereira da Costa, 2017).

A fala do Sr. Sebastião Pereira da Costa, mostra que a migração nordestina é um importante marco para a história da comunidade, assim como da região e é, sem dúvida, a principal responsável pelo surgimento da comunidade. O poema de Eliakin Rufino reforça: “Quem é filho do norte/É neto do nordeste/Sou farinha de caboclo/Eu sou cabra da peste”.¹ Porém, o depoimento do Sr. Coraci Pereira da Costa evidencia outra faceta importante do período da borracha, a não fixação, a migração entre regiões produtoras, uma condição para superar a sazonalidade, comum em região produtora. Para Alencar (2009, p. 183), a migração é condição natural dessa região baseada no extrativismo florestal.

A migração é uma característica relevante da história dessa região, uma vez que a economia, principal motor do processo migratório, baseava-se na exploração extrativista dos recursos naturais. Assim, à medida que os recursos explorados em uma região se tornavam escassos, a tendência dos trabalhadores era partir em busca de locais que fossem fartos em recursos naturais, seja por iniciativa própria, seja por estímulo e apoio de algum comerciante. É importante lembrar, a respeito desse período, que a migração foi um fator primordial na formação das comunidades do interior do Amazonas, ou seja, para muitos, mudar-se significava mais do que deixar sua terra, pois era preciso encarar a imensidão verde e os desafios amazônicos.

A constituição social da comunidade de Jatuarana decorre do processo migratório, nos aspectos econômico e político, em que sempre se encontram figuras fortes, os patrões, que controlam o acesso aos recursos naturais, principalmente à castanha-do-pará. Segundo o Sr. Edmar:

[...] na entrada da comunidade, na margem do Madeira até o Braço, no começo do Lago, muitos anos atrás existia uma fazenda, era a fazenda Aimoré, que se pode comprovar no mapa dos anos 70. Era a fazenda do Zeca do Rosário, que foi um dos primeiros patrões que os nossos antigos

1 A canção *Neto do Nordeste*. Disponível em: <<http://letras.mus.br/eliakin-rufino/neto-do-nordeste.>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

tiveram.²

A fala faz referência às redes familiares e de parentesco, às oportunidades econômicas, aos aliciamentos pelos patrões e a uma situação em que a maioria dos moradores tinham algum grau de parentesco entre si. Isto comprova que a constituição da comunidade é decorrência de um conjunto de fatores relacionados aos aspectos sociais, econômicos e políticos.

A força dos grandes agentes, incluídos os gerais e fazendeiros, está registrada em muitos documentos relacionados à questão da terra. O estudo de Leal (2013, p. 72) mostra que, em uma visita à vila de Manicoré, o General Leônidas Guimaraes, diante da quantidade de áreas extrativistas e a forte presença indígena, resolveu requerer a posse da área e teve seu pedido aceito. Nesse contexto, “o agrimensor Camilo Lellis Monteiro, se responsabilizou em comunicar aos moradores que aquela terra agora também tinha um dono”.

O poder do patrão definia onde os extrativistas ficavam. Em seu estudo, Marocolo (2013, p. 17-18) a autora diz que o “*patrão* proibiu as famílias de se instalarem nas terras daquele lado do lago Jatuarana onde se localiza o Paraíso e decidiu implantar naquela área uma criação de gado”. Os patrões controlavam tudo que está dentro de suas áreas, principalmente os castanhais. Apenas nas áreas que hoje compreendem a comunidade do Jatuarana eram “quatorze colocações”, que era o nome dado para áreas de coleta de castanha e outros recursos florestais em áreas de terra firme mais adentro da floresta”, estas eram exploradas conforme os desígnios do patrão.

Pereira (2012, p. 239), com base em Teixeira, mostra que, comparando a importância da terra no período da exploração da borracha e dos castanhais, como com a de outras regiões onde a importância vinha do monocultivo do café, do algodão e da cana-de-açúcar, é possível observar que existiam as “propriedades (posse)”, no caso da Amazônia, e as “propriedades (qualidade) da terra tinham relevantes significâncias para a produção das riquezas”. Teixeira (2009, p. 32) classifica a importância da terra para os senhores *donos* de seringais e castanhais: “a) a terra era abundante e por isso não despertava maior interesse por seu domínio jurídico [...] b) a qualidade da terra não era importante, o que interessava era manter posses[...] sobre áreas ricas em seringueiras e outros bens” que pudessem garantir o trabalho na selva durante a entressafra do fabrico da borracha, como a castanha.

2 Depoimento encontrado no livro *Nova Cartografia Social da Amazônia: comunidades tradicionais de Democracia*, Jatuarana Pandegal, Santa Eva e Terra Preta do Ramal 464 – histórias de lutas e conquistas, Manicoré - AM / lfredo Wagner Berno de Almeida (Coord.); autores, Ana Paulina de Aguiar Soares, Maria Jacilene Bentes de Oliveira. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010. p. 5

Marcelo Souza Pereira diz que é preciso estar atento para o período de formação dos seringais:

[...] à necessidade de se atentar para o fato de que a formação dos seringais na Amazônia se deu num período de transição, onde a mão de obra escrava foi substituída pelo trabalho livre, movimento estratégico do capital em busca de formar, nas áreas periféricas, reserva de força de trabalho que pudesse expandir o mercado, reformando o antigo sistema escravista colonial em mercado de consumo, condição necessária para que o capitalismo se reproduza. (Pereira, 2012, p. 239).

Segundo o Sr. Sebastião Ferreira Costa, que nasceu e vive até hoje na comunidade, ao redor do lago Jatuarana existem mais de dezoito castanhais. Esses castanhais estão localizados na margem direita: Tabocal, Ceará, Arrumasal, Vai Quem Quer, Santa Rosa, Garrafão (na estrada), São Adolfo, São José Piquiá e Conceição. Há também os que estão localizados na margem esquerda: Soca, Maitazinho, Paraíso, Três Irmãos, Centenário, São João e Pelado. Esses castanhais pertenciam a duas pessoas somente, segundo o Sr. S. F. Costa, sendo os patrões Valdenor Campo da Costa e Antônio Duarte. Segundo as informações do extrativista, eles “eram proprietários de grande parte das terras do município e também eram donos de regatão” (Sebastião Ferreira Costa, 2017) e tinham o poder de mandar retirar castanha de muitos rios e colocações em Manicoré. Ele relata que o pai passava semanas trabalhando, ficando a mãe responsável por cuidar dos filhos e da roça “o papai passava a semana coletando seringa e quando a seringa acabava passava a trabalhar com sorva, castanha e outros produtos da floresta. O papai trabalhava para o patrão, que era muito bom, pagava direitinho e já trazia a mercadoria e aviava com os moradores da comunidade” (Sebastião Ferreira Costa, 2017).

O patrão tinha controle absoluto do que circulava nos castanhais, havia sempre um ponto de controle, “logo na entrada da comunidade”, e a maioria dos acertos era feito na própria comunidade. Diz o sr. R. Pereira, “um dos patrão, o Doutor Galdino, chegava e pegava a produção. Ele vinha, ele pagava direitinho e era muito bom de papo. Ele chegava e amansava todo mundo” (Raimundo Pereira, 2017). Enquanto trabalhadores, com alta dependência do patrão, os extrativistas foram essenciais para o funcionamento da empresa extrativista no Amazonas. De forma *livre*, garantiam a base econômica e os ganhos financeiros dos patrões, produzindo com técnicas rudimentares e com grande esforço físico, numa produção demorada que muitas vezes superava as 16 horas de trabalho diária.

A comunidade do Jatuarana, localizada à margem do rio Madeira, fica na área de amortecimento da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)

Rio Amapá, criada pelo decreto estadual 25.041 em um de junho de 2005 (Faz, 2017). A criação da unidade deu maior segurança em relação à permanência na terra, mesmo que esta nunca tenha sido questionada. Eles não eram donos dela, mas sim como que “funcionários” do patrão e acreditavam que somente estavam lá porque o mesmo o *permitia*. Acreditavam também que o resultado do seu trabalho pertencia ao patrão, o qual “tinha o controle total sobre todos os que moravam aqui” (Amarildo de Oliveira, 2017).

Fazenda sem cercas: um sistema de produção extrativista

Nos relatos dos extrativistas, quando a referência é o passado, estes nunca se colocam como sujeitos históricos, ou seja, um ser autor e senhor de seus anseios e da sua “própria história” (Pinsky; Pinsky, 2013, p. 28). Eles aparecem, nos relatos, sempre como pessoas subordinadas a lógica do patrão, predominando a palavra “meu” antecedendo a palavra “patrão”, conforme disse um dos entrevistado “ele era o meu patrão” e foi “patrão do meu [...]”, assim como quando o tema é a terra, o patrão era o “dono da terra”, o “dono da produção”. Quem tem o poder de dizer “sim ou não”. Como bem escreve Gerson Rodrigues de Albuquerque, tendo como referência a obra de Euclides da Cunha:

O trabalhador extrativista aparece como um “degredado que se degrada”, confirmando um olhar que o condiciona à inércia, à petrificação da subserviência frente ao meio ambiente amazônico e ao patrão do seringal. Desprovido da sua condição de sujeito, o seringueiro é visto como um ser “deslocado no tempo e no espaço”, abandonado a um “auto-flagelo”, um “judas descendo o rio”, um agrupamento social “à margem da história. (Albuquerque, 2001, p. 25).

O patrão decidia onde seria trabalhado e essa escolha dependia da afeição ao extrativista. O patrão era o regente da vida na fazenda, uma fazenda sem cerca, porém com dono, que tem amplo poder sobre os homens. Assim relata o sr. S. F. Costa “O meu pai começou trabalhando no castanhal São João, que ficava muito longe, e como o patrão gostava muito do meu pai, ele facilitou para ele, trazendo ele para trabalhar no castanhal Três Irmãos, que ficava mais perto de casa” (Sebastião Ferreira Costa, 2017). O poder do patrão mostra-se onipresente, com qualquer ação produtiva na região precisando da sua autorização. Mesmo uma mudança simples como a de área de trabalho ou de área produtiva necessitava de uma autorização prévia e consentimento do *dono da terra*.

As falas e narrativas dos extrativistas podem ser divididas em dois períodos. O primeiro está relacionado às lembranças dos pais no âmbito familiar e do trabalho no interior da floresta. O segundo período diz respeito às histórias próprias dos extrativistas, às narrativas mais recentes, relacionadas às vivências dos mesmos na comunidade do Jatuarana; bem como, à relação com os demais extrativistas da castanha-do-pará e ao processo de construção de sistemas de produção diversificados, incluindo aqui a banana e o açaí por exemplo. Como lembrança dos pais, eles têm a percepção do período de vivência dos mesmos nos castanhais, a forma de trabalho e o sistema de produção. Essa narrativa está presente no depoimento do Sr. M. Souza, que diz que o seu pai passava semanas trabalhando nos seringais e no meio da floresta: o “meu pai passava semanas sangrando seringueira” (Miguel Souza, 2017). Nessas condições, o dia a dia era mantido pela mãe que cuidava da roça, da pesca, das tarefas de casa e dos filhos: “lembro que era a minha mãe que cuidava da roça, da pesca e da nossa alimentação” (Miguel Souza, 2017).

A dependência do patrão, principalmente quanto ao pagamento e ao acesso a itens alimentícios, está presente na fala Sr. Isaías Pereira, que chega a dizer que os extrativistas ficavam com muita raiva quando o pagamento e os itens alimentícios demoravam a chegar, porém, quando “o doutor Galdino chegava e pegava a produção, ele vinha e ele pagava direitinho. Ele era muito bom de papo, chegava e amansava todo mundo” (Isaías Pereira, 2017). Já o Sr. J. Bosco relata que “o ruim do tempo do patrão, era que tudo era só de um patrão. Se o patrão soubesse que alguma coisa fosse vendida para outro regatão, expulsava da terra dele. Tudo ficava na mão dele (patrão).” (João Bosco, 2017).

Pereira (2012, p. 246) diz que a venda para outros patrões ou regatões³ levava a uma atitude extrema do *dono* do seringal ou castanhal, já que os regatões eram “tratados pelo seringalista pelas alcunhas de atravessadores, ou marreteiros, nas margens dos rios de seus seringais, aumentando por fim a fiscalização e declarando guerra a esses comerciantes, que chegavam inclusive a pagar com a vida, assim como os seringueiros.”

O momento mais recente

No diálogo com os extrativistas, aparece uma segunda lembrança, a dos dias atuais, com a vida nos castanhais já em decadência, sem a força e a onipre-

3 Para McGrath (1999, p.57) o regatão é “um comerciante ambulante” que viaja e comercializa mercadorias entre os “centros regionais” e as comunidades ribeirinhas nos lugares longínquos da Amazônia, para “pequenos produtores caboclos e comerciantes do interior, em troca de produtos regionais como: agrícolas e extrativistas.”

sença do patrão. De semelhança com o passado há o sistema de produção extrativista, que continua a ser desenvolvido com técnicas rudimentares de coleta e de processamento, a dependência do comércio com os regatões e a continuidade de uma vida de miséria. Pode-se afirmar que ainda há dependência significativa dos recursos e riquezas da floresta para sobrevivência das comunidades. Os extrativistas ainda hoje usufruem, de forma marginal, da riqueza gerada por seu trabalho; com outras pessoas ainda se apropriando da maior parte da renda da coleta da castanha, como comprovam estudos já publicados.

A maioria dos informantes possui, em média, 50 anos, o mais velho entre eles tem 57 anos e o mais novo, 26 anos. Pela idade percebe-se que a maior parte dos extrativistas entrevistados não vivenciou o tempo áureo da borracha, que ocorreu entre os anos de 1870 a 1912 e de 1912 a 1945. Porém, todos vivenciam as consequências amargas da pobreza, que acompanha a comunidade desde o seu início. Tendo como referência Teixeira (2009, p. 13), Pereira (2012) e os depoimentos dos extrativistas, podemos dizer que o período áureo dos castanhais e seringais criou comunidades de famílias, cujos descendentes ainda nelas vivem sob um sistema medieval de intercâmbio econômico, que é um aviamento reformulado e adaptado aos dias atuais. Pereira (2012, p. 238) diz que essas comunidades continuam com “a ausência de liberdade” nas relações de trocas comerciais e a “inexistência de moeda física na maioria das operações”. Essas condições funcionam como “instrumento de acumulação capitalista e de retenção de mão de obra, transformando o trabalhador considerado “livre” num servo “cativo”, e, o aviamento remodelado ainda é “uma engrenagem na extração de mais sobretrabalho”.

O Sr. V.C. Azevedo afirma que hoje não

[...]existe um único patrão, vários regatões visitam a comunidade. Eles vêm atrás da banana, da castanha e se eles encontram a pessoa ‘aperreada’ eles pagam qualquer coisa pela produção. Muitas vezes, a pessoa fica devendo lá na cidade. Ele deixa o cartão do bolsa floresta e família como garantia. (Valdilson Cesar de Azevedo, 2017).

Para ele, o pagamento pela produção ainda “não é justo”. Na maioria das comunidades onde vivem os descendentes dos extrativistas, a fome e as necessidades falam mais alto. Como afirma Heller (1989), o extrativista está irremediavelmente preso a sua cotidianidade. Nesse contexto, o extrativista fica refém do regatão, o qual é indiferente ao sofrimento do extrativista e não tem vergonha de mostrar sua face discriminatória, excludente e perversa, principalmente para com os mais pobres.

O extrativista é também prisioneiro de uma estrutura que parece um labirinto, a região amazônica. Isto, associado à falta de informação, ao transporte

precário intensifica a fragilidade social, econômica e política em relação ao patrão, ao regatão, ao político e a outros tipos de pessoas oportunistas. O espaço condiciona e aumenta a fragilidade, molda o sistema produtivo e as relações sociais. As limitações impostas aos extrativistas necessitam de uma ruptura para que haja um processo de desenvolvimento local que beneficie as comunidades de extrativistas. O tempo áureo das explorações dos seringais e castanhais, que gerou riqueza e ostentação para poucos, deixou muitas marcas na comunidade de Jatuarana. Elas estão presentes nas lembranças de muito sofrimento e na certeza de que o modo de produção outrora desenvolvido levou o ser humano ao esgotamento, além de não deixar benefício. “Meu pai trabalhou muito, andava pela mata, conhecia a trilha como ninguém, porém morreu sem nunca ver dinheiro” (Sr. V. L. Sousa).

Os relatos dos extrativistas mostram que a exploração dos castanhais forjou um modo de vida e um sistema de produção que contemplava a castanha-do-pará, a borracha e outros produtos florestais, além da pesca e da caça. Nesse sistema, estavam incluídos os pequenos cultivos, especialmente da mandioca, que faziam parte do sistema alimentar das famílias e do rol dos produtos dos sistemas de trocas externas com comerciantes, regatões e atravessadores. Isso formou um sistema de produção e um modo de vida alicerçado na exploração intensiva do trabalho humano, no uso de técnicas rudimentares de cultivo e de coleta que persistem até hoje. Entretanto, há sinais positivos de mudanças no que se refere ao uso de tecnologias para a produção e à redução da dependência das famílias quanto aos produtos da floresta.

O sistema de produção no interior dos castanhais

O modo de vida ou sistema de produção forjado pelas relações de poder, vivenciado pelos extrativistas ao longo do tempo, deu origem a um processo de retirada das riquezas da floresta pelos extrativistas e então repassadas, antigamente a um *dono, patrão* e, na atualidade, aos regatões. A produção para o consumo, a farinha, o peixe e a caça são complemento, já que grande parte do alimento diário, quando possível, vem dos centros comerciais. Os regatões, assim como os antigos patrões, levam a castanha, a borracha, a farinha, o peixe e outros produtos e deixam, na comunidade, o sal, o açúcar, a feijão, o arroz, a bolacha, o leite e, mais recentemente, como a comunidade passou a ter energia elétrica e as famílias, geladeira, o frango congelado.

Nesse modelo, não ocorreu o desenvolvimento de uma agricultura diversificada, numa lógica de produzir para o autoconsumo e comercializar o excedente, modelo que predominou em diversas regiões do Brasil. Predominou, assim,

a coleta de produtos extrativistas e uma relação de trabalho onde o extrativista trabalha para “escravizar-se” (Teixeira, p. 13).

No interior da Amazônia, os agricultores extrativistas não alcançaram o nível de uma agricultura familiar, definida por Buaiainain et al (2003, p. 320) como uma forma que “explora de forma intensiva os recursos escassos disponíveis e que é possível gerar níveis de renda agropecuária superiores ao nível de reprodução da família”. Na Amazônia, manteve-se um sistema de ampla exploração do trabalho para extrair as riquezas dos recursos naturais e, muitas vezes, levando-os a exaustão, como é o caso do pau-rosa na região de Manicoré.

O relato do Sr. R. Pereira lembra o trabalho duro do pai na floresta:

[...]o papai trabalhava para o Sr. Floriano da Costa. Ele passava a semana na floresta quando era o tempo de coleta de seringa, e quando acabava o período da seringa, ele ia coletar castanha, pau rosa (tinha muito pau rosa nessa região), leite de maçanduba, sorva, balata e outros produtos. (Raimundo Pereira, 2017).

A produção para consumo era uma atividade secundária dentro das unidades familiares. Era desenvolvida com pouco tecnologia e praticada principalmente nos momentos de *folga*, quando existia. Além disso, na maioria das vezes, era mantida pela esposa e pelos filhos em plantios pequenos com menos de meio hectare. Diz o Sr. R. Pereira: “a mamãe ficava em casa, cuidava da gente e do roçado” (Raimundo Pereira, 2017), em cujo depoimento fica evidente o papel da mulher no cotidiano extrativista: atividade da vida diária e trabalho familiar.

Com os relatos acima, é possível dissertar que os agricultores extrativistas viviam em um sistema de produção voltado para explorar ao máximo a sua força de trabalho e assim gerar ganhos. Estes, por sua vez, eram apropriados pelo patrão, com poucas oportunidades para o crescimento produtivo, social e econômico da família dos extrativistas. Seu trabalho duro servia como o principal meio para continuar vivendo na terra e ter o que consumir. Dada essa situação em que se encontravam, e pensando na perspectiva de criar as condições para manter a família no interior da floresta, as famílias dos extrativistas foram se adaptando e desenvolvendo um conjunto de tarefas, sem descanso, muitas vezes com jornadas superiores a dezesseis horas de trabalho que envolviam toda a família.

Nesse sistema de produção e modo de vida, “estava tudo misturado”, a caça, a pesca e o trabalho no roçado. A lembrança do Sr. M. Souza mostra a necessidade do uso de toda a força disponível na família: “[...] mesmo a gente criança trabalhava. Lembro que ia para a roça, junto com a mamãe, o papai e meus irmãos. A gente carregava mandioca no paneiro, ajudava a coletar castanha. Fui criado no trabalho, na roça e na batalha diária.” (Miguel Souza, 2017). A impor-

tância do roçado estava no fato de produzir a farinha, principal fonte de carboidrato dos agricultores extrativistas, assim como principal acompanhamento para os produtos da caça e da pesca na alimentação da família. Em muitos relatos, a roça aparece também como espaço de diversificação, onde, além de maniva, eram plantadas também a banana, o maxixe, entre outros. Isto se dava sobretudo por iniciativa das mulheres, das mães. Segundo o Sr. M. Souza: “a mamãe plantava no roçado a banana, o maxixe, o gerimum... naquela época ‘não tinha técnica’, mas produzia bem” (Miguel Souza, 2017).

Além das dificuldades do esforço físico na produção, somava-se a pouca disponibilidade de tempo para o trabalho no roçado e a ausência de tecnologias. Era preciso adequar-se à dinâmica natural da região. Na Amazônia, há um período de cheias que se inicia no final do ano com o período chuvoso, período em que o roçado vai *pro fundo* e não garante mais a sobrevivência; a caça e a pesca ficam mais escassas, porém são as únicas formas de garantir a alimentação da família. Também a família volta-se ao castanhal, cuja promoção é iniciada a partir do final de novembro e estende-se até fevereiro.

O trabalho dos extrativistas da região amazônica e seu sistema não pode ser analisado e compreendido a partir das atuais teorias desenvolvidas para entender a agricultura familiar brasileira, principalmente porque o ribeirinho e as famílias das comunidades coletoras de castanha nunca chegaram a estar

[...] altamente integradas ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa... (Teríamos assim) unidades produtivas que são familiares, mas não camponesas. (Abramovay, 1992, p. 22).

O sistema imposto nos seringais e castanhais, que tem resquícios até os dias atuais, não permitia espaço e liberdade para os extrativistas desenvolverem atividades mais diversificadas, nem tempo para o convívio familiar ou a livre opção de comercialização. A única forma de alcançar a liberdade era a saída desse sistema. Os relatos citados por Carlos Corrêa Teixeira mostra muito bem isso.

Deixei o seringal porque quanto mais trabalhava, mais ‘o patrão’ tiravam de mim. Então achei que era interessante deixar aquela vida e passar a percurá outro meio de vida. O meio de vida que eu percuréi foi trabalhar na agricultura... ...na lavoura trabalho por minha conta e não estou sujeito ao patrão [...]. Deixei o seringal porque não me dava camisa. Cheguei (lá) com muita roupa e saí nu. Na lavoura trabalho por minha conta. (Teixeira, 2009, p. 86).

Relatos como os acima citados mostram que, em muitas regiões, surgiram extrativistas que discordavam do modo de vida e estavam não somente dispostos, como envolvidos na busca por novas alternativas. Visavam se libertarem do jugo dos patrões, regatões e comerciantes. Tal perspectiva está muito presente na comunidade Jatuarana, como descreveremos a seguir.

As mudanças no sistema de produção da Comunidade do Jatuarana

A produção de castanha-do-pará ainda é recorrente, porém não mais como a principal atividade imposta, não sendo mais imposta também... A coleta da amêndoa segue a lógica e a opção dos agricultores extrativistas, ou seja, se ela oferece vantagem, então acontece a coleta, caso não seja vantajosa para a família, então não é realizada. A mesma lógica aplica-se para a coleta de seringa ou de borracha. Salienta-se que, na coleta da borracha, às vezes o extrativista caminha até 60km para alcançar uma produção vantajosa. Cada vez mais, atividades não extrativistas estão sendo desenvolvidas na Comunidade.

O “tempo mudou” na comunidade do Jatuarana. Há um processo de modificação dos sistemas de produção; e aqui precisamos entender o significado de sistema de produção antes de prosseguir o relato sobre a ocorrência dos mesmos atualmente. A escola francesa de agronomia introduz o conceito de sistema para a agricultura. Azevedo (2007, p. 4-5) diz que “sistema agrícola” é um conceito genérico que dá conta de todas as atividades relacionadas à agricultura, e que a escola francesa classifica os sistemas em níveis hierárquicos. Primeiro aparecem os “sistemas agrários”, nível hierárquico de maior abrangência, logo abaixo situam-se os “sistemas de produção” e, por último, os “sistemas de cultivo e de criação”. O sistema de maior nível hierárquico contém os outros.

O sistema agrário só pode ser entendido e analisado numa escala de abrangência maior do que uma unidade produtiva. Desse modo, um sistema agrário trata de um conjunto de unidades produtivas que se constituíram a partir de processos históricos com características espaço-temporais semelhantes, como é o caso da comunidade do Jatuarana. Para Mazoyer (1986), citado por Miguel (2009, p. 23) um sistema agrário “é um modo de exploração do meio historicamente constituído e durável, um conjunto de forças de produção adaptado às condições bioclimáticas de um espaço definido e que responde às condições e às necessidades do momento”... É a combinação do meio com os instrumentos de produção (materiais e trabalho), o modo de *artificialização* do meio, a divisão so-

cial do trabalho entre agricultura, artesanato e indústria, os excedentes agrícolas e as relações de troca com outros atores sociais, as relações de força e de propriedade que regem a repartição do produto do trabalho, dos fatores de produção e dos bens de consumo e o conjunto de ideias e instituições que permitem a reprodução social.

Trata-se de um *sistema de produção*, pode-se dizer então, que tem como espaço a unidade de produção agrícola. O sistema de produção, segundo Dufumier (2007), citado por Lovois de Andrade Miguel;

[...] é a combinação de sistema(s) de cultivo e/ou sistema(s) de criação dentro dos limites autorizados pelos fatores de produção de que uma unidade de produção agrícola dispõe (disponibilidade de força de trabalho, conhecimento técnico, superfície agrícola, equipamentos, capital, etc.). Integra igualmente as atividades de transformação e conservação de produtos animais, vegetais e florestais realizados dentro dos limites da unidade de produção agrícola. (Miguel, 2009, p. 24).

A *interação do sistema de produção com o sistema social*, que engloba “as práticas sociais, as representações, as estratégias e os objetivos manifestados, de maneira explícita ou não, pelos agricultores/produtores rurais e suas famílias”, resulta na Unidade de Produção Agrícola (Miguel, 2009 p. 24).

A partir de alguns conceitos e entendimentos sobre sistemas, relatamos as mudanças que estão ocorrendo na Comunidade e que permitem às famílias visualizar outra perspectiva. A mandioca continua sendo um produto importante para o consumo familiar, com algum grau de comercialização, que todos os agricultores possuem plantios com, em média, 1,9 hectares por família. Isso comprova que a mandioca se destina ao consumo e à comercialização e responde, em percentual considerável, pela renda familiar durante boa parte do ano. A farinha de mandioca produzida diretamente pelos extrativistas é comercializada, na Comunidade e na cidade para atravessadores. Associada à produção de mandioca, está a banana Pacovan que é o principal produto de importância econômica e responsável por uma renda permanente dos agricultores e suas famílias. A soma total da área dos extrativistas entrevistados chega a 32 hectares, o que dá uma média de 2,1 hectares por família. Para os agricultores, a banana apresenta uma grande demanda no mercado e é uma cultura que possibilita a geração de uma renda familiar mensal.

O cultivo da banana Pacovan para o mercado iniciou na década de 1990. O Sr. S. P. Costa iniciou seu plantio com mudas trazidas da propriedade do *Bid*. Segundo ele, antes da banana tornar-se um produto rentável, os “moradores da comunidade trocavam mudas, hoje são vendidas” (Sebastião Pereira da Costa, 2017). Sem maquinários e recursos, os agricultores iniciaram o plantio, através

da formação de parceiras com irmãos ou amigos: “trabalhei com os meus irmãos e depois com os parceiros”. O crescimento da área de cultivo entre os agricultores pode ser explicado pela grande demanda da fruta no Estado do Amazonas, principalmente da Capital, que tem um mercado com mais de dois milhões de pessoas, onde a banana não é fruta e sim alimento, combinado com diversos pratos regionais. Para Cordeiro et al. (1998), no Amazonas, a banana é muito consumida e está na base alimentar da população mais pobre.

A banana e a mandioca são alternativas à coleta da castanha-do-pará e a outros produtos extrativistas, cujos preços são fortemente dominados pelos atravessadores e regatões que, em determinadas épocas, “não pagam nem o trabalho da coleta” (Sebastião Pereira da Costa, 2017). Hoje a comunidade faz um cálculo racional, se o preço for atrativo, a castanha e a farinha são comercializadas, caso contrário, não. O Sr. S. P. Costa é enfático “eu não sou criança, precisa sustentar a minha filha e a castanha, às vezes, não dá lucro.” (Sebastião Pereira da Costa, 2017). Ele deixou a castanha-do-pará para trabalhar com a banana “a banana dá mais dinheiro, não preciso ficar muito tempo distante da minha família e tem produção toda a semana” (Sebastião Pereira da Costa, 2017). Aos poucos, os extrativistas caminham em direção a uma agricultura diversificada, inclusive com plantios de maracujá e melancia e outros produtos.

As modificações produtivas refletem um processo de mudança que vem ocorrendo na comunidade do Jatuarana nos últimos anos. Esse processo iniciou com a perda do poder dos patrões em relação a outras regiões produtoras. Essa perda, segundo os extrativistas, deve-se a dois motivos: o envelhecimento dos antigos “donos” e, conseqüentemente, sua morte; e a falta de interesse dos filhos em continuar a atividade. Os herdeiros não se interessam mais. Os filhos “do senhor Aristide, um dos ‘patrão’ da região, são advogados, médicos, tem profissão na cidade” (Alfredo Ferreira, 2017). É evidente que o contexto atual não permite a existência de um modelo exatamente igual aos tempos áureos da borracha ou do castanhal, o que também deve ser levado em consideração.

Com a perda do mando dos *donos*, cada castanhal passou a ser de uma família numa distribuição geográfica historicamente consolidada e cuja origem remonta ao início da era das colheitas da castanha. Os atuais castanhais mantêm as áreas da distribuição feita pelos patrões. Segundo o Sr. S. Costa, a divisão na Comunidade está assim:

CASTANHAL	RESPONSÁVEL
Tabaocal	Clemildo

Ceará	Taffarel e Luiz Antônio
Arramusal	Siriá
Vai – Quem – Quer	Miguel e Filhos
Santa Rosa	Bosco e Mundico
Garrafão	Sebastião
São Adolfo	-
CASTANHAL	RESPONSÁVEL
Tabaocal	Clemildo
Ceará	Taffarel e Luiz Antônio
Arramusal	Siriá
Vai – Quem – Quer	Miguel e Filhos
Santa Rosa	Bosco e Mundico
Garrafão	Sebastião
São Adolfo	-
CASTANHAL	RESPONSÁVEL
Tabaocal	Clemildo
Ceará	Taffarel e Luiz Antônio
Arramusal	Siriá
Vai – Quem – Quer	Miguel e Filhos
Santa Rosa	Bosco e Mundico
Garrafão	Sebastião
São Adolfo	-

Quadro 1 – Responsáveis por castanhais na comunidade Jatuarana, Manicoré (AM) (organizado pelos autores, a partir dos dados de campo.).

A organização do castanhal e a forma com que cada família toma conta do castanhal, difere das de outras regiões do Amazonas. Em castanhais *particulares*, em que os extrativistas são autorizados a coletar a castanha pelo dono, como ocorre em Tefé, onde a maioria dos castanhais ainda pertence às famílias de antigos donos (castanhal de Jutica) e de Beruri, na RDS Piagaçu Purus, onde ainda há relatos da existência de alguns castanhais privados, em que a coleta somente é pos-

sível com a autorização do proprietário que designa um extrativista para fazê-la. Essas áreas são conhecidas como estradas. Nos castanhais de condomínios, a coleta é livre. Coleta o fruto quem chegar primeiro. Nos condomínios as famílias podem tomar decisões que mais lhes convêm: melhor período da coleta, se há demanda e o seu preço compensa a coleta e, garante ao extrativista um produto de reserva, a que pode ter acesso, caso haja necessidade e o mercado se mantiver atrativo.

Com os cultivos de banana, com produção, colheita semanal e mercado garantindo, a Comunidade passa a ter uma maior circulação de dinheiro, somando-se aos recursos das atividades não agrícolas, como: aposentadoria, bolsa família e bolsa floresta (programa estadual). Esses rendimentos dinamizam a vida comunitária, reduzindo a fragilidade do tempo de outrora, quando as transações comerciais eram realizadas, na prática, por escambo, já que a moeda não circulava nestas relações. Com os recursos da produção e da atividade não agrícola, os agricultores começam a ter acesso a bens de consumo duráveis, conectam-se com o mundo através de celulares e internet e passam a ter seu próprio transporte, as famosas *rabetas*, que encurtam a distância e reduzem o tempo para chegar nos locais de plantios, nos castanhais e na própria cidade. Com dinheiro circulando, também passam a ter transporte coletivo, como barcos recreios que colocam a comunidade na rota obrigatória e executam viagens com maior frequência, facilitando a ida à cidade e a compra de gêneros alimentícios com preços mais acessíveis em comparação com o dos regatões.

Os dados disponibilizados mostram que 86% dos entrevistados possuem rádio, 47%, aparelhos de som, 93%, televisão, 94%, antenas parabólicas, 40%, aparelhos DVD e 97%, fogão a gás. Em relação à comunicação, são em média 2,5 celulares por família e 94% delas possuem antena rural para comunicação com a cidade. Em relação ao transporte da família e da produção, a pesquisa constatou que existem, em média, 1,5 *rabetas* por família entrevistada. Sobre o uso da *rabeta*, o Sr. R. Pereira afirma que “[...] muitos castanheiros deixaram de ficar nos castanhais porque quando não vai todo a família, são duas despesas uma em casa e outra no castanhal. Hoje, com a *rabeta* eu posso ir e voltar no mesmo dia.” (Raimundo Pereira, 2017).

O acesso à tecnologia de produção

As dificuldades dos agricultores amazônicos em acessar as tecnologias de produção persistem ao longo do tempo, mesmo na atualidade. A pesquisa mostrou que apenas 13% dos extrativistas tem recebido alguma visita dos técnicos da assistência técnica e extensão rural pública. Do total dos agricultores extrativistas

entrevistados, apenas um teve acesso a financiamento para investir na produção. O sistema de cultivo da mandioca ainda utiliza a roçada e a queima e a grande maioria dos plantios é feita em roça de toco. Como diz o Sr. W. P. Souza, “[...] a gente nunca teve orientação, eu decidi plantar e buscar o melhor para mim.” (Wilson Pereira de Souza, 2017).

Todos os avanços no sistema produtivo, toda a inovação é oriunda da experiência e do empirismo dos agricultores extrativistas. Conforme o Sr. R. Santos, “aqui a gente utilizou durante muito tempo a maniva arroz, mas a gente viu que produzia pouca raiz e apodrecia muito rápido e com o tempo passamos a usar a arauari, que produz muita batata e demora a apodrecer, além de produzir uma polpa amarelada.” (Rosaldo dos Santos, 2017). A preocupação com a quantidade de batata e o apodrecimento é compreensível, já que a construção do roçado é prioritariamente destinada ao consumo da família, e a colheita acontece de acordo com a necessidade e demanda familiar.

Mesmo nas atividades que constituem a principal fonte de renda, como a banana, a tecnologia utilizada é aquela que vem sendo passada de uma geração para outra. A forma de cultivo ainda é muito rudimentar, com técnicas de manejo inadequadas. Para o Sr. R. Pereira, os agricultores extrativistas plantam “fora da técnica e de modo atrapalhado [...] a nossa ideia sempre não bate com a técnica, sempre varia.” (Raimundo Pereira, 2017). A dificuldade em acessar novas tecnologias está relacionada à distância de onde se gera e se transfere tecnologia e à ausência de política pública de desenvolvimento rural, como a assistência técnica, a extensão rural e a educação. Sobre a educação, o Sr. R. dos Santos diz que

[...] em 1975 eu estudava com o tio, que dava aula duas vezes por semana. Aula na própria casa dele, não existia escola [...] depois no ano seguinte passamos a estudar na Igreja com o senhor Manoel Coelho. Na democracia (comunidade vizinha) somente poderia estudar se fosse seringueiro. (Rosaldo dos Santos, 2017).

Para o Sr. G. Gama, o desafio da educação permanece, já que hoje, apesar de hoje existir escola na comunidade Democracia, os professores são “de fora e muitas vezes não se relacionam com as comunidades”. As atuais escolas do meio rural reproduzem o modelo da cidade, a criança em seu processo educativo dificilmente tem uma educação contextualizada e voltada para o mundo rural.

Portanto, o processo de inovação ocorre dentro de um processo de liberdade substantiva do indivíduo e da inteligência coletiva (Silva Neto, 2006), onde há pouca participação da ação estatal, o que pode explicar muitas limitações presentes nos sistemas de produção da Comunidade. Todo o processo de inovação dela é oriundo da ação dos agricultores, que constroem estratégias produtivas

individuais e coletivas, e também do processo organizativo, principalmente do fortalecimento da associação comunitária e da cooperativa.

O processo organizativo

Um importante fator de inovação é a organização comunitária, que, além de ter produzido mudanças na comunidade, contribuiu diretamente para a criação da Cooperativa Verde de Manicoré (COVEMA) em 2006. Esta tem a missão de organizar os extrativistas.

[...] congrega diferentes produtores extrativistas do município de Manicoré, de modo a transformar esta produção em um negócio sustentável, tendo como produto principal a Castanha da Amazônia. Com apoio de atores externos, sendo o principal o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), foi proporcionado aos coletores e membros da primeira diretoria treinamentos em manejo da castanha e capacitação gerencial, preparação para certificação orgânica, construção de paióis para armazenamento e secagem do produto e treinamento para os funcionários para o processo de beneficiamento de amêndoa. (Cortez, 2011, p. 69).

Com a COVEMA ocorreu acesso ao financiamento e à infraestrutura, a castanha coletada passou a ser melhor manejada e o preço tornou-se mais atrativo. Para (Cortez, 2011, p.70), o fator inovador da COVEMA foi o pagamento do retorno, que é o “pagamento da *participação dos lucros* em dinheiro ao produtor, após o beneficiamento e comercialização da Castanha pela Cooperativa, que ocorre sempre após a safra da castanha”, calculado após a dedução do pagamento das despesas operacionais.

A COVEMA melhorou o preço pago aos extrativistas, ampliou o acesso ao financiamento e ampliou a infraestrutura de armazenamento da castanha nas comunidades. Na comunidade Jatuarana, há um paiol da cooperativa, que fica sob a responsabilidade de uma pessoa escolhida pela comunidade. A criação da cooperativa é somente o ápice de um processo organizativo com raízes na comunidade, processo esse repleto de interações internas e externas, como com o Conselho Nacional do Seringueiros e da Comissão Pastoral da Terra. A Cooperativa é o resultado oriundo do processo organizativo mais evidente para os extrativistas.

O paiol é uma conquista muito importante, porque a gente saiu da mão do atravessador e se tornou até patrão, porque hoje, quem dá o preço pro

nosso produto, somos nós. Antes era trocado com açúcar, café, essa castanha. A organização das comunidades fez com que isso mudasse. E além desse paiol tem a questão das boas práticas para um produto de qualidade. Mas tudo isso só existe porque a gente se uniu nas associações e construiu a COVEMA que é a Cooperativa Verde de Manicoré. Apesar daqueles que ainda duvidam da sua importância, a gente tem que fazer tudo pra manter viva essa organização.⁴

O Sr. Santos compreende que a organização está presente em todos os momentos da vida comunitária. Ele diz que “há muito tempo vivemos unidos, na religião, no esporte e na organização da comunidade. Nós sempre trabalhamos em organização comunitária. É a organização a nossa força” (Rosaldo dos Santos, 2017). A comunidade tem seus times esportivos e organiza campeonatos, masculinos e femininos. Tal atividade não é trivial, é decorrência de uma ambiência de empoderamento coletivo e busca o bem-estar da comunidade. Como dizem Antônia Brito Rodrigues e Nadja Maria Castilho da Costa, a organização comunitária busca sempre melhorias para a comunidade, como

[...] a compreensão dos membros da comunidade quanto às suas responsabilidades sociais; capacidade de iniciativa dos elementos locais (pessoas, grupos e instituições); compreensão e estímulo da opinião pública; compreensão, apoio e cooperação das autoridades locais (órgãos públicos); recursos disponíveis e potenciais da comunidade. (Rodrigues; Costa, 2002, p. 5).

O período de pesquisa vivenciado na comunidade de Jatuarana permitiu afirmar que essa comunidade possui um ambiente propício ao desenvolvimento de fatores do crescimento organizativo, como a organização de grupos para trabalho e lazer, além da participação em processos comunitários, como o mutirão. Esse ambiente é oportuno à implementação de projetos de desenvolvimento, que necessitam ser melhor potencializados por instituições públicas, principalmente com projetos voltados para possibilitar o protagonismo da comunidade na garantia da sustentabilidade da região.

4 Edmar – Presidente da Central das Associações de Democracia (CAAD), depoimento no livro Nova Cartografia Social da Amazônia: comunidades tradicionais de Democracia, Jatuarana Pandegal, Santa Eva e Terra Preta do Ramal 464 – histórias de lutas e conquistas, Manicoré - AM / Alfredo Wagner Berno de Almeida (Coord.) ; autores, Ana Paulina de Aguiar Soares, Maria Jacilene Bentes de Oliveira. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

Os dados do Instituto Brasileira de Geografia e Estatística (IBGE) (2017) coloca o Amazonas como o estado com o segundo maior percentual de população em situação de pobreza, entre todos os estados da região Norte e Nordeste. A pobreza no maior estado da federação alcançou 49,2% do total, ficando em situação melhor somente quando comparado ao Maranhão, cuja população em estado de pobreza alcança 52,4% do total. A pobreza cresce no Amazonas devido a uma série de motivos, entre eles, a ausência de política de desenvolvimento rural.

O presente estudo buscou contribuições, por meio de relatos de extrativistas, para a compreensão do atual sistema de produção da comunidade de extrativistas, onde outrora predominou a exploração da comunidade por parte dos patrões e regatões. Os testemunhos narram a vivência dos extrativistas, = a realidade e contextos passados e revelam histórias de iniciativas e inovações pessoais e coletivas. Essas narrativas mostram a memória coletiva dos extrativistas, e esta publicação, finalmente pretende contribuir para ampliar o conhecimento sobre os sistemas de produção das comunidades tradicionais do Amazonas.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. Campinas: Hucitec Anpocs, 1992.

ALBERTI, Verena. História dentro da História. In: PÍNSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. *Espaço, Cultura, Trabalho e Violência no Vale do Juruá- Acre*. Tese (Doutorado) – PUC/SP, São Paulo, SP, 2001.

ALENCAR, Edna Ferreira. O tempo dos patrões 'brabos': fragmentos da história da ocupação humana da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amaná, AM. *Revista Antropológica Amazônica*, Belém, v. 1, n. 1, p. 178-199, jan/jun. 2009.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; SOARES, Ana Paulina de Aguiar; OLIVEIRA, Maria Jacilene Bentes de. *Nova Cartografia Social da Amazônia: comunidades tradicionais de Democracia, Jatuarana Pandegal, Santa Eva e Terra Preta do Ramal 464 – histórias de lutas e conquistas, Manicoré /AM – Manaus*. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia; UEA Edições, 2010.

AZEVEDO, Rodrigo Aleixo Brito de. Análise e descrição de sistemas agrícolas:

teorias para não naturalização da agricultura. *Revista Verde*, Mossoró, v. 2, n. 2, p. 1-26, jul./dez. 2007. Disponível em: <<https://revista.gvaa.com.br>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar R.; Guanziroli, Carlos. Agricultura Familiar e o novo mundo rural. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 312-347, jul./dez. 2003.

CORDEIRO, Zilton Jose Maciel; SILVA, Sebastião de Oliveira e; PEREIRA, José Clério Rezende; COELHO, Ana Fabíola Silva. Sigatoka negra no Brasil. *Informativo SBF*, Brasília, v. 17, n. 2, p. 8-10, 1998.

CORTEZ, Marcelo Gonçalves. *Sistemas sociais de produção da castanha da Amazônia (Bertholletia excelsa Bonpl.) no município de Manicoré/Am*. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) –UFAM, Manaus, AM, 2011.

FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL. *Fazendo a floresta valer mais em pé do que derrubada: atlas do desenvolvimento sustentável de comunidades ribeirinhas do Amazonas: 2010-2017*. Manaus: FAS, 2017.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Breve arqueologia da história oral. *História Oral*, São Paulo, v. 1, p. 61-65, 1998.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História, trabalho e memória política. Trabalhadores rurais, conflito social e medo na Amazônia (1970-1980). *Revista Mundos do Trabalho*, [S.I.], v. 6, n. 11, p. 129-146, jan./jun. 2014.

HALL, M. *História oral: os riscos da inocência. O direito à memória*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

HELLER, A. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

IGLESIAS, Esther. Reflexões sobre o que fazer da história oral no mundo rural. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de Indicadores Sociais (SIS)*, 2017.

INSTITUTO DE TERRAS DO AMAZONAS. *Perfil das comunidades visitadas no entorno da RDS Rio Amapá*. Manaus, Governo do Amazonas, 2006.

LEAL, Davi Avelino. *Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no rio madeira (1861-1932)*. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - UFAM, Manaus, AM, 2013.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e Estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, M.; AMADO, J (Org.). *Usos & abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MAROCCOLO, Julianna Fernandes. *Como a participação do extrativista e o uso do GPS podem contribuir para o manejo da castanha (Bertholletia excelsa)?* Dissertação (Mestrado em Ciências de Florestas Tropicais) – INPA, Manaus, AM, 2013.

MASSONI, Luis Fernando Herbert. A história oral e as memórias dos excluídos na escrita do conhecimento. *Revista Interdisciplinar de Ciência Aplicada*. [S.I.], v. 2, n. 4, set. 2017.

McGRATH, David. Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tropical. *Novos Cadernos NAEA*, v. 2, n. 2, p. 57-72, dez. 1999.

MIGUEL, Lovois de Andrade. *Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2009.

PEREIRA, Marcelo Souza. Servidão Humana na Selva: o aviamento e o barracão no seringal da Amazônia. *Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos*, Manaus, ano 12, n. 1, jan./jun. 2012.

PINSKY, Jaime; PINSKY Carla B. Por uma História prazerosa e consequente. In.: KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

RODRIGUES, Antônia Brito; COSTA, Nadja Maria Castilho da. A mobilização popular e comunitária para a implantação de programas de educação ambiental. *TEIAS*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 6, jul./dez. 2002.

RUFINO, Eliakin. *Neto do Nordeste*. Disponível em: <<http://letras.mus.br/eliakin-rufino/neto-do-nordeste>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SILVA NETO, Benedito. Desenvolvimento Sustentável: uma abordagem baseada em sistemas dissipativos. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 1, p. 15-31, jan./jun. 2008.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *Servidão humana na selva*: O aviamento e o Barracão nos seringais da Amazônia. Manaus: Editora Valer, 2009.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. *História Oral*, São Paulo, n. 5, p. 9-28, 2002.

Fontes Orais

AZEVEDO, Valdison Cesar de (Sr. V. C. AZEVEDO) [44 anos]. [abr. 2017]. Entrevistador: Lindomar de Jesus de Sousa Silva. Manicoré, AM, 3 abr. 2017.

BOSCO, João (Sr. J. BOSCO) [50 anos]. [abr. 2017]. Entrevistador: Lindomar de Jesus de Sousa Silva. Manicoré, AM, 3 abr. 2017.

COSTA, Coraci Pereira da (Sr. C. P. COSTA) [53 anos]. [abr. 2017]. Entrevistador: Lindomar de Jesus de Sousa Silva. Manicoré, AM, 3 abr. 2017.

COSTA, Sebastião Ferreira (S. F. COSTA) [65 anos]. [abr. 2017]. Entrevistador: Lindomar de Jesus de Sousa Silva. Manicoré, AM, 3 abr. 2017.

COSTA, Sebastião Pereira da (Sr. S. P. COSTA) [70 anos]. [abr. 2017]. Entrevistador: Lindomar de Jesus de Sousa Silva. Manicoré, AM, 3 abr. 2017.

FERREIRA, Alfredo (Sr. A. FERREIRA) [49 anos]. [abr. 2017]. Entrevistador: Lindomar de Jesus de Sousa Silva. Manicoré, AM, 4 abr. 2017.

OLIVEIRA, Amarildo de. (Sr. A. OLIVEIRA) [49 anos]. [abr. 2017]. Entrevistador: Lindomar de Jesus de Sousa Silva. Manicoré, AM, 3 abr. 2017.

PEREIRA, Isaias (Sr. I. PEREIRA) [51 anos]. [abr. 2017]. Entrevistador: Lindo-

mar de Jesus de Sousa Silva. Manicoré, AM, 5 abr. 2017.

PEREIRA, Raimundo. (Sr. R. PEREIRA) [62 anos]. [abr. 2017]. Entrevistador: Lindomar de Jesus de Sousa Silva. Manicoré, AM, 4 abr. 2017.

SANTOS, Rosaldo dos. (Sr. R. SANTOS) [38 anos]. [abr. 2017]. Entrevistador: Lindomar de Jesus de Sousa Silva. Manicoré, AM, 2 abr. 2017.

SOUZA, Miguel (Sr. M. SOUZA) [61 anos]. [abr. 2017]. Entrevistador: Lindomar de Jesus de Sousa Silva. Manicoré, AM, 4 abr. 2017.

SOUZA, Wilson Pereira de (Sr. W. P. SOUZA) [49 anos]. [abr. 2017]. Entrevistador: Lindomar de Jesus de Sousa Silva. Manicoré, AM, 3 abr. 2017.

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir a experiência vivenciada pelos extrativistas no desenvolvimento do seu sistema de produção agrícola, considerando o processo de formação socioeconômica de uma região rica em castanhais. Essa região tem semelhanças com outras que também vivenciaram um regime de exploração social, econômico e política, sistematizado e consolidado através do sistema de aviamento. Este permitia a dominação da dinâmica produtiva da comunidade pelo patrão. O *locus* da pesquisa foi a comunidade do Jatuarana, no município de Manicoré, Amazonas, formada a partir de 1820 e símbolo do esforço humano para exploração de produtos da floresta amazônica. A oralidade dos extrativistas foi o principal instrumento de coleta de informações para análise e entendimento do objeto de pesquisa. A pesquisa permitiu entender como ocorreu o processo de transformação do sistema de produção da comunidade.

Palavras-chave: Sistema de produção. Relações de poder. Extrativismo. Amazônia.

Oral accounts in nut orchards : from the submission to the construction of an autonomous agricultural production system – the Jatuarana community’s case (Manicoré, AM, Brazil)

Abstract: This article aims to discuss the experience from extractivists during the development of their agricultural production system, considering the process of socioeconomic formation of a region rich in nut orchards. Others near regions also have experienced a regime of social, economic and political exploitation, systematized and consolidated through the aviamento system, which allowed a master to dominate the community’s productive dynamics. The Jatuarana community, in the municipality of Manicoré (Amazonas, Brazil) formed in 1820 and symbol of hu-

man exploitation's efforts of Amazonian forest products, was the locus of research. The extractivists' oral accounts were the main instrument for the study's data as for the research subject's analysis. The research allowed the understanding of the transformation process of the community's production system.

Keywords: Production System. Power relations. Extractivism. Amazonia.

Recebido em 23/04/19

Aprovado em 17/05/19